



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA

SUMÁRIO

Págs.

Proposta de lei n.º 02/X/1.ª/15 – Grandes Opções do Plano para o ano económico 2015..... 311

Proposta de Lei n.º 02/X/1.ª/15 – Grandes Opções do Plano para o ano económico 2015**Preâmbulo**

A presente lei que aprova as Grandes Opções do Plano (GOP) de 2015 enquadra-se na estratégia de desenvolvimento económico e social definida no Programa de governação do XVI Governo Constitucional, e toma em conta as orientações de política, definidas na Estratégia Nacional de Redução da Pobreza II e outros instrumentos de política e planificação existentes no País, visando a promoção do crescimento económico e a redução da pobreza.

Estas Grandes Opções do Plano traduzem o compromisso do XVI Governo Constitucional com a Nação são-tomense e pretende criar um novo quadro estratégico que procura engrenar uma nova mudança capaz de transformar São Tomé e Príncipe num país bem governado, com instituições fortes e credíveis, com um ambiente favorável ao crescimento económico sustentável e integrado e com recursos humanos bem formados e adequados aos desafios de desenvolvimento.

Assim, nos termos da alínea b) do artigo 111.º da Constituição da República, o Governo apresenta à Assembleia Nacional a seguinte proposta lei:

Artigo 1.º**Objecto**

Esta lei institui, na forma do anexo que a integra, as Grandes Opções do Plano de 2015, estabelecendo para o período as prioridades de política económica e financeira e o programa anual do Governo.

Artigo 2.º**Organização da acção governativa**

As Grandes Opções do Plano de 2015 inserem-se no processo de recuperação económica em curso, estruturando-se em medidas e acções orientadas para a implementação das directrizes e o alcance dos objectivos estratégicos do Governo, definidos para o período 2014-2018.

Artigo 3.º**Grandes Opções do Plano**

As Grandes Opções do Plano para o ano 2015 são as assumidas pelo Governo como pilares fundamentais da acção governativa, nomeadamente:

- Aposta no crescimento económico gerador de emprego.
- Aposta na coesão social e na credibilização externa de São Tomé e Príncipe.

Artigo 4.º**Medidas, acções e projectos orçamentais**

Os programas, medidas e acções, emanados das presentes Grandes Opções do Plano têm correspondência constante do Orçamento Geral do Estado de 2015 e prosseguem os objectivos de políticas públicas do Executivo.

Os domínios prioritários de intervenção assentam-se fundamentalmente nas áreas de infra-estruturas, com destaque para as infra-estruturas de transportes; captação e distribuição de água às populações; melhoria na produção, transporte e distribuição de energia eléctrica às populações; reforço e melhoria da produção de culturas, tanto de exportação como alimentares; acesso e melhoria da qualidade do sistema educativo a todos os níveis, bem como a melhoria dos cuidados de saúde.

Artigo 5.º**Memorando de políticas económicas e financeiras**

O Governo prossegue o cumprimento dos engagements assumidos no quadro do memorando de políticas económicas e financeiras acordadas com o Fundo Monetário Internacional.

De igual forma, caso necessário, o Governo tomará medidas adicionais às que constam no memorando acima mencionado, com vista a salvaguardar os objectivos definidos.

Artigo 6.º**Entrada em vigor**

A presente lei entra em vigor, nos termos legais, com efeito a partir de de Março de 2015.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, em São Tomé, aos 22 de Março de 2015.

Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, *Patrice Emery Trovoada*.

Ministro das Finanças e Administração Pública, *Américo d' Oliveira dos Ramos*.

Ministro da Presidência do Conselho de Ministros e dos Assuntos Parlamentares, *Afonso da Graça Varela da Silva*.

Nota Explicativa

O processo de reforma das finanças públicas em curso produziu mudanças profundas no sistema de elaboração e gestão orçamental. Entretanto, essas reformas carecem ainda de adequada integração entre o processo de planeamento – orçamento, o que se tem traduzido na fraca articulação entre o Programa do Governo, as Grandes Opções do Plano, o Orçamento Geral do Estado (OGE) e a Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP II).

Essa integração só poderá acontecer se o orçamento se tornar num processo integrante do sistema de planeamento. Para tal, deve haver uma correspondência directa entre os programas, projectos, actividades e Orçamento de Estado.

Embora as GOP sejam elaboradas anualmente, é preciso ter-se uma visão de médio prazo. É neste sentido que preconizamos uma nova abordagem na forma de sua elaboração, assente no princípio de gestão baseada em resultados, apoiando-se no modelo programático e plurianual. Tratando-se de uma abordagem de programa, as acções não se esgotam em apenas um ano, no ano 2015, mas em vários anos.

É com esta preocupação que o Governo elaborou estas GOP, i.e., com vista a permitir uma melhor articulação entre o Programa do Governo, as GOP, o OGE e a ENRP II. Por fim, uma melhor alocação dos recursos públicos por áreas prioritárias.

Assim, os programas e projectos de investimentos inscritos nas presentes GOP estão devidamente articulados e coerentes com os documentos de planificação, particularmente com a ENRP II.

A elaboração destas GOP contou com o envolvimento de todos sectores e serviços da Administração Central do Estado, bem como as outras instituições do Estado, designadamente: institutos ou agências nacionais, empresas estatais.

Essa nova abordagem é um processo em que se espera que as próximas GOP estejam organizadas em programas plurianuais, com as metas e indicadores objectivamente verificáveis.

Estas GOP incluem programas e projectos que visam melhorar a qualidade de vida dos são-tomenses. Por isso, o Governo espera, com o contributo de todos os são-tomenses, materializar as prioridades identificadas no documento e que certamente vão permitir o crescimento económico inclusivo, aumento de oportunidades de emprego e, desta feita, o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

Estrutura do documento:

O documento está organizado em cinco partes, descritas como se segue: i) introdução; ii) desenvolvimentos macroeconómicos recentes e perspectivas para 2015; iii) balanço dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio; iv) desafios económicos e sociais; v) grandes opções de plano por sectores em função dos dois eixos do Programa do Governo, a aposta no crescimento económico gerador de emprego e aposta na coesão social e credibilização externa de São Tomé e Príncipe.

Proposta de Lei

Introdução

Este documento das Grandes Opções do Plano decorre da Lei n.º 03/2007 e de outros dispositivos legais, e é um instrumento de operacionalização dos objectivos de políticas económicas e sociais plasmadas no Programa do Governo a serem realizadas no ano 2015.

Estas GOP vão ao encontro da preocupação de maior integração e articulação entre a ENRP II, o Programa do Governo e o OGE, de modo que o orçamento se torne um processo integrante do sistema de planeamento, para que se atenda de forma mais eficiente e eficaz ao objectivo de promover o crescimento, gerar emprego e reduzir a pobreza.

Neste sentido, de forma a haver uma correspondência directa entre os programas, projectos e o Orçamento do Estado, estas Grandes Opções do Plano estão organizadas em programas sectoriais orientados para resultados.

Estando ciente de que os programas são plurianuais, ou seja, não se esgotam em um ano, definimos uma meta específica a atingir em 2015.

Desenvolvimentos macroeconómicos recentes e perspectivas para 2015

Economia internacional

As mais recentes projecções do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam uma taxa de crescimento de 3,5% em que demonstra uma ligeira melhoria do desempenho da economia mundial face aos 3,3% do ano 2014. Este desempenho é justificado pelo reforço do crescimento das economias avançadas, onde se espera um crescimento relativamente forte dos EUA (3,6%); uma melhoria da economia da Zona Euro (1,2%), embora com uma evolução muito distinta entre os Estados-membros, em que Portugal, principal parceiro comercial de São Tomé e Príncipe, deverá crescer 1,2% em termos homólogos reais, associado à recuperação da procura interna e à melhoria das exportações.

Relativamente ao conjunto dos países da África Subsariana, o mesmo relatório aponta um crescimento na ordem de 4,9% em 2015, ligeiramente superior ao registado em 2014 (4,8%). Quanto aos países da

CPLP, prevê-se um crescimento em torno de 5%, sendo Moçambique o país que deverá apresentar o melhor desempenho entre os países da CPLP (8% em 2015).

Em 2015, prevê-se que a taxa de inflação aumente ligeiramente, na generalidade, as economias avançadas para 1,8% (1,6% em 2014), igualmente, no conjunto dos países emergentes e em desenvolvimento, deverá crescer 5,6%, (5,5% 2014) e, na zona euro, deverá aumentar para 1,2%, em 2015 (1% em 2014).

Apesar do aumento das tensões geopolíticas nos principais produtores de petróleo (Irão, Ucrânia, Líbia e Rússia), as cotações do preço do petróleo Brent diminuiu para 102,8 USD/bbl em 2014, comparado com 108,6 USD/bbl registado em 2013. Para o ano de 2015, prevê-se uma redução ainda maior no preço do petróleo para 99,4 USD/bbl. No caso dos preços dos produtos alimentares (cereais), observou-se uma queda de quase 6%, em resultado de condições meteorológicas favoráveis nos últimos meses do ano 2014 e prevê-se que essa tendência deverá manter-se em 2015.

Economia nacional

De acordo com as estimativas disponíveis, a economia teria crescido 4% no ano de 2014, em termos reais, repetindo assim os resultados observados em 2012 e 2013. Assim, verificou-se novamente que o desempenho estimado da economia nacional ficou abaixo do projectado (5,5%). Esse desempenho foi particularmente condicionado pelas dificuldades das autoridades nacionais na captação de financiamento externo, afectando a capacidade de execução dos projectos de investimentos públicos e privados.

Contudo, prevê-se um ligeiro crescimento de 5% em 2015, sustentado pela perspectiva mais animadora da entrada de recursos externos previstos para a concretização de projectos de investimentos públicos e privados, nos domínios da agricultura, turismo e construção.

As dificuldades sentidas pelas autoridades são-tomenses para assegurar a captação de financiamento externo em 2014 tiveram um impacto profundo sobre o nível da execução orçamental. Os donativos e os empréstimos não foram para além de 24,9% e 26,1% do orçamentado para 2014, respectivamente. Em consequência, as despesas de investimento foram muito afectadas, tendo alcançado um nível de execução de apenas 27,2%. O défice primário interno ficou em 3,6% do PIB, percentagem acima do programado para 2014 e do apurado nos anos anteriores, desviando assim da trajectória de consolidação prevalecte desde 2011. Esse aumento do défice primário interno deveu-se ao aumento das despesas correntes, que cresceram de 16,6% do PIB em 2013, para 18,2% em 2014. No entanto, as receitas aumentaram para 16,6% do PIB em 2014, contra 15,1% em 2013, mas não foram suficientes para compensar o aumento das despesas.

Os dados da balança comercial disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), Janeiro de 2014, indicam um aumento das importações de 50% do PIB em 2013 para 52% do PIB em 2014, em termos monetários, influenciado pelo aumento da quantidade importada dos produtos alimentares, insumos agrícolas e combustíveis. Quanto às exportações, estas conheceram uma ligeira melhoria, tendo aumentado 3,2% do PIB face ao período homólogo de 2013, decorrente do aumento, em quantidade exportada, do cacau e do café, coadjuvado com a valorização do preço do cacau no mercado internacional.

Contudo, esse aumento das exportações não foram suficientes para contrabalançar o aumento das importações, tendo o défice comercial situado em 48,3% do PIB, cifra idêntica ao registado em 2013. Em, 2015 prevê-se uma melhoria significativa do défice da balança comercial, devido principalmente ao aumento das exportações e diminuição das importações de bens alimentares.

A taxa de inflação acumulada no final do ano de 2014 atingiu 6,4%, inferior ao verificado no período homólogo (7,1%), devido principalmente à ausência de choques significativos do lado da oferta, a estabilidade dos preços dos principais produtos básicos importados e o efeito da âncora cambial proporcionado pelo regime de taxa fixa entre a dobra e o euro. Para o ano de 2015, espera-se uma taxa de inflação acumulada na ordem dos 5,5%, sustentada pela prossecução de uma política orçamental e monetária mais prudente, coadjuvada com a manutenção do Acordo de Paridade Cambial e pelas baixas de preços dos principais produtos de importação.

Relativamente ao sector monetário, a política tem sido implementada em coordenação com as autoridades fiscais, no sentido de preservação da paridade cambial e o reforço da supervisão bancária, visando a estabilidade do sistema financeiro nacional.

Desta feita, de Setembro de 2013 a Setembro 2014, verificou-se uma expansão da massa monetária na ordem dos 9%. No período em análise, o crédito à economia atingiu STD 1.901.505,47 (um milhão, novecentos e um mil, quinhentos e cinco dobras e quarenta cêntimos), em Dezembro 2013, e em Agosto de 2014 atingiu STD 1.858.960,84 (um milhão, oitocentos e cinquenta e oito mil, novecentos e sessenta dobras e oitenta e quatro cêntimos), uma desaceleração na ordem dos 3%, decorrentes de níveis elevados de créditos mal parados. As reservas internacionais líquidas situaram-se em patamares confortáveis, obtendo o saldo final de Dezembro 2014, que cobririam cerca de 5 meses de importações programadas. Para o ano 2015, espera-se que as reservas internacionais deverão manter no nível registado em 2014.

Balanço dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM)

ODM 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome.

Apesar do desempenho económico registado durante o período de 2001 a 2013, com uma taxa média de crescimento de 5%, a perspectiva de se atingir este objectivo em 2015 será incerta.

Os dados publicados pelo Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF) em 2010 revelam que, desde 2001, os principais indicadores de pobreza mantiveram-se elevados, tanto a nível nacional, como distrital e da Região Autónoma do Príncipe. O mesmo documento evidencia que 66,2% da população são-tomense é pobre e afecta muito mais as famílias chefiadas por mulheres, com 71,3% contra 63,4 % dos homens (à excepção do Distrito de Caué, onde se regista maior número de homens em situação de pobreza face às mulheres).

Relativamente à extrema pobreza, através dos dados desse mesmo inquérito, constatou-se que 11,5% dos são-tomenses são extremamente pobres, sendo maior nas áreas urbanas (13,1%) que nas áreas rurais (9,8%) e por distrito a incidência é maior no Distrito de Lembá. A incidência de pobreza extrema é maior nas famílias chefiadas por mulheres (12,8%) que nas chefiadas pelos homens (10,7%).

Entre os grandes desafios para as autoridades estão os seguintes:

- Criar condições para a geração de empregos que possam absorver os jovens à procura do primeiro emprego, tendo em conta que, segundo o IOF de 2010, os jovens com idade entre 15-24 anos são os mais afectados pelo desemprego (23%);
- A efectiva apropriação pelos dirigentes e quadros do País dos objectivos e metas colectivamente estabelecidos e fortalecimento da coerência entre os objectivos, os processos de planificação de médio/longo prazo e os anuais;
- Estabilidade política, entre outros.

ODM 2: Atingir o ensino básico universal.

As perspectivas para atingir esse objectivo são boas. No horizonte de 2015, esse objectivo será alcançado graças aos esforços que os governos vêm consentindo na última década para tornar o ensino primário universal.

A taxa de escolarização primária líquida global situava-se em 99,1% em 2012, a taxa de conclusão no ensino primário, em 98%, e a taxa de alfabetização de jovens de 15-24 anos, em 90%. Em 2013, a taxa líquida de escolarização no ensino básico foi de 99,3%. Porém, as autoridades devem continuar os esforços para consolidar as conquistas já alcançadas no campo da educação e continuar com acções direccionadas para o reforço de qualidade e da eficiência de ensino, formando professores e educadores, aumentando o número de manuais e horas de aulas, entre outros.

Quanto à acessibilidade, é de salientar, também, que continue com acções de oferta educativa, reabilitando salas de aulas e escolas, e construindo salas de aulas e escolas do segundo ciclo do básico, mormente nas zonas periféricas do País, reforçando a alimentação escolar, a fim de se evitar as taxas de abandono e até mesmo de repetência.

Por fim, deve consolidar a educação especial, na verdadeira perspectiva de escola para todos e adequar a formação ao mercado de trabalho.

ODM 3: Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.

As disparidades entre os sexos reduziram-se sensivelmente no âmbito da escolarização primária, mas não evoluíram no ensino secundário. O índice de inscrição das raparigas em relação aos rapazes 2006-2012 no ensino primário é quase linear (0,96), enquanto que no secundário/superior, acima do normal (1,07/1,02).

É possível alcançar esse objectivo a partir de 2015.

Para tal, devem ser desenvolvidos, igualmente, esforços para garantir o respeito da meta nacional de 30% de mulheres no Parlamento e a meta internacional de 50% de mulheres no Parlamento.

ODM 4: Reduzir a mortalidade infantil abaixo de 5 anos.

Os esforços despendidos pelas autoridades nacionais e os parceiros técnicos e financeiros no sector da saúde vão permitir que esse objectivo seja alcançado em 2015.

O IDS 2009 documenta que a taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos é de 51,6 ‰ em 2009 e mortalidade infantil é de 30,2% em 2012, conforme o IV RGPH.

A probabilidade de esse objectivo ser alcançado em 2015 é forte. Para o efeito, as autoridades devem consolidar as realizações e definir outras metas ambiciosas na agenda de desenvolvimento pós 2015.

ODM 5: Melhorar a saúde materna.

Esforços consideráveis têm sido feitos neste domínio.

Os dados estatísticos no contexto geral demonstram uma redução da mortalidade materna, fruto da melhoria na assistência às mulheres, protagonizada pelo Programa de Saúde Reprodutiva e do aumento significativo do número de partos assistidos por pessoal qualificado. Mas se considerarmos a meta do ODM, que é de 17 por 100.000 nascidos vivos em 2015, podemos dizer que esse objectivo não será alcançado, pois a taxa situa-se em 78,4 por 100.000 em 2013 segundo relatórios do Serviço de Saúde Reprodutiva

(SSR). Ora, dada a pequena dimensão da população, a metodologia deve ser revista. Por exemplo, em 2014, o País registou uma única morte materna, mas a taxa de mortalidade materna aumentou para 76 por 100.000. O objectivo é alcançado em termos absolutos, pois o País registou apenas uma morte materna em 2013.

ODM 6: Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças graves.

A luta contra o HIV/SIDA, a malária e a tuberculose trouxe resultados positivos.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), a prevalência do HIV/SIDA entre as mulheres grávidas sofreu uma inversão, passando de 0,5% em 2011 para 0% em 2012. Entretanto, a prevalência de pessoas portadoras do HIV/SIDA foi de 1,5% em 2012, não tendo sofrido nenhuma alteração no seu valor no ano precedente, conforme os relatórios do SSR.

Os esforços das autoridades com o apoio dos seus parceiros de desenvolvimento têm ajudado a dominar o paludismo e a tuberculose. O número de mortes por malária caiu de 0,009 por mil habitantes em 2010 para 0,004 por mil em 2012. Essa mudança na taxa de mortes por malária deve-se, em partes, a uma melhoria no uso de mosquiteiros tratados com insecticida e à pulverização intra-domiciliar.

Verifica-se também uma melhoria da assistência às pessoas vivendo com HIV/SIDA, o que poderá ter um efeito positivo na luta contra a tuberculose. A probabilidade de atingir em 2015 é grande. Para tal, o Governo deve continuar com acções que permitam o desenvolvimento do sistema sanitário nos distritos com enfoque nas periferias destes, de forma a continuar a melhorar a equidade e qualidade dos cuidados de saúde, eliminação do paludismo, melhorar o acesso e a cobertura de ART e profilaxia ARV para as mulheres grávidas infectadas com HIV/SIDA e deve alargar as actividades de comunicação para mudança de comportamento e testagem em todas zonas do País, implementar cuidados obstétricos e neonatais de urgência em todas as estruturas vocacionadas para a prestação de cuidados de parto no País.

ODM 7: Garantir a sustentabilidade ambiental.

O objectivo das autoridades para proteger a floresta ajudou a reviver as campanhas de luta contra o abate de árvores e reduzir a pressão exercida sobre o parque vegetal.

A proporção de áreas protegidas aumentou ligeiramente com os projectos de mudança climática.

Os dados publicados pelo IV RGPH revelam em 2012 que 83,6% da população são-tomense tem acesso à água melhorada e 42,6% tem acesso a melhores condições de saneamento.

Esta tendência sugere uma probabilidade de alcançar esse objectivo a partir de 2015, sob condição de se manterem os esforços actuais em curso.

ODM 8: Estabelecer uma parceria para o desenvolvimento.

A integração regional seria uma opção para São Tomé e Príncipe ser bem-sucedido na sua inserção na economia global.

Essa integração baseia-se no pilar da diplomacia, a fim de que o País possa beneficiar da sua posição geoestratégica.

O País conseguiu reduzir significativamente a sua dívida externa em 2007. Em 2013, o valor do endividamento do País atingia 75,79% do PIB. O desafio agora é mantê-la num nível sustentável.

O telefone móvel está a tornar-se mais acessível em todos os recantos do País e o acesso às TIC, particularmente elevado na cidade de São Tomé, fazem com que São Tomé e Príncipe se abra cada vez mais à economia global.

Ainda há muito a ser feito em relação à integração regional.

Melhorar a diplomacia regional para uma melhor integração na economia mundial e sua adesão à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Desafios económicos e sociais

A pobreza continua a atingir uma franja muito significativa da nossa população, cerca de 66,2% da população, de acordo com IOF, e representa o maior desafio de governação e de desenvolvimento do País.

São Tomé e Príncipe faz face a diversos desafios, que vão desde a elevada taxa de desemprego à Administração Pública pouco desenvolvida, burocrática e centralizada, insuficiente formação e capacitação dos seus recursos humanos, grandes desequilíbrios sociais e territorial, imagem externa desfavorável à atracção de investimento directo privado, persistente instabilidade política e institucional, falta de uma visão estratégica unificada de desenvolvimento, uma dispersão recorrente dos recursos, a dimensão de mercado, insuficiência de infra-estruturas económicas e sociais, fraca capacidade do sector privado, dentre outros.

Por isso tudo, o XVI Governo Constitucional assume o compromisso de criar as condições para diversificação da economia e o alargamento das oportunidades de criação de riqueza, de melhorar o ambiente de negócios como forma de atrair o investimento directo estrangeiro, de garantir uma adequada gestão das finanças públicas, de investir na modernização das infra-estruturas económicas e sociais, no reforço da coesão social nacional e na credibilização externa do País, na adopção de uma governação

assente na transparência, no reforço do poder local, no reforço das relações externas e de cooperação e na valorização de capital humano como forma de mitigar os desafios acima referidos.

Grandes Opções do Plano para 2015

Este documento está organizado por programas e medidas em função dos eixos e capítulos do Programa do Governo, que por sua vez encontra-se articulado com os eixos da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza 2012-2016.

Em linha com o Programa do Governo, este documento das Grandes Opções do Plano está estruturado à volta de dois eixos fundamentais, o de crescimento da economia e o de coesão social.

Eixo I – Aposta de crescimento económico gerador de emprego

Este eixo do Programa do Governo enquadra-se nos eixos 1 e 2 da ENRP, mormente reforma das instituições públicas e reforço de políticas de boa governação e promoção de um crescimento económico sustentável e integrado, e está dividido em 4 capítulos, nomeadamente: a) diversificar a economia e alargar as oportunidades de criação de riqueza; b) reforçar a gestão das finanças públicas; c) investir na modernização das infra-estruturas; e d) assegurar uma melhor gestão do território e do ambiente.

Diversificar a economia e alargar as oportunidades de criação de riqueza

O Governo assume o crescimento económico sustentável gerador de emprego como aspecto fundamental no combate eficaz à pobreza. Para tal, são implementados, em diferentes domínios, os seguintes programas e medidas.

Turismo

O turismo representa uma das áreas em que o País apresenta fortes potencialidades e onde podem ser desenvolvidas oportunidades de geração de postos de emprego e de rendimento. Neste sentido, serão levadas a cabo os seguintes programas e medidas:

➤ **Fomento do Turismo Rural**

- Transformação das casas das roças em unidades de alojamentos.

➤ **Criação de parques temáticos.**

➤ **Criação de infra-estruturas e equipamentos turísticos.**

- Criação do Instituto Nacional do Turismo.
- Criação de Escola de Hotelaria e Turismo.
- Recuperação do património e valorização dos sítios de interesse turístico (valorização da paisagem rural e urbana).
- Promoção de incubadora para pequenos negócios, no âmbito do turismo.
- Apoio a pequenas e médias empresas turísticas.

➤ **Promoção turística**

- Participação em feiras internacionais de promoção turística.
- Desenvolvimento de campanhas de publicidade e de marketing.
- Melhoria do serviço de informação turística no exterior.

Agricultura

Mais de um terço da população são-tomense exerce a sua actividade económica no sector agrícola (agricultura, pecuária e pesca). Por isso, a materialização dos programas propostos para este sector visa potenciar o aumento da produção e a produtividade agro-pecuária, tendo em vista o melhoramento de rendimento das famílias e, conseqüentemente, o combate à insegurança alimentar e à pobreza. Neste domínio, serão adoptados os seguintes programas e medidas de política:

➤ **Aumento da produção, produtividade e diversificação agrícola**

- Recuperação de terras improdutivas e a reafectação ao processo produtivo.
- Fiscalização de parcelas de terras abandonadas.
- Formação e capacitação dos formadores, agricultores, horticultores.
- Construção, reabilitação e manutenção de infra-estrutura de irrigação em zonas com défice hídrico.
- Produção das sementes melhoradas e material vegetal necessário para o aumento da produção local.

- Implementação de um sistema de abastecimento e de distribuição de insumos, material e equipamentos agrícolas.
- Requalificação das casas comboio.

➤ **Aumento e melhoria da qualidade de produção pecuária**

- Actualização da Lei do Código Pecuário e a criação de normas de acordo com a OMS.
- Importação de aves e animais de circo curto (caprinos, ovinos, suínos e aves ...etc).
- Reforço da protecção sanitária através de campanhas de vacinação e na melhoria do acesso das comunidades e criadores aos medicamentos.
- Formação e capacitação dos criadores de animais em técnicas mais modernas de criação animal.
- Incentivar o desenvolvimento da produção de matéria-prima para o fabrico de ração no País.
- Reabilitação e modernização do Matadouro de São Tomé.
- Promoção da pecuária familiar.
- Activação da rede nacional de vigilância epidemiológica.

➤ **Conservação e valorização da floresta e biodiversidade**

- Actualização e validação de plano de desenvolvimento florestal.
- Sensibilização e divulgação da legislação florestal.
- Reflorestamento das parcelas agrícolas.
- Reflorestação das zonas afectadas.
- Actualização da Estratégia Nacional e Plano de Acção para a protecção da biodiversidade em São Tomé e Príncipe.
- Luta contra o abate ilegal de árvores.

➤ **Desenvolvimento das associações e cooperativas agro-pecuárias**

Incentivo à criação de associações e cooperativas agro-pecuárias.

Reforço das capacidades técnicas das associações cooperativas agro-pecuárias existentes.

➤ **Reforço das capacidades institucionais do sector agrícola**

- Reforço do sistema de produção e recolha de dados do Gabinete de Estudo e Planeamento do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADR).
- Formações e capacitações dos técnicos do gabinete de estudo do planeamento do domínio de planificação e avaliação de projectos agrícolas.
- Realização do recenseamento agro-pecuário e florestal.
- Reforço do quadro legal e regulamentar do sector agro-alimentar.
- Consolidação do processo de desconcentração dos serviços públicos da agricultura através das Delegações Regionais de Agricultura.
- Capacitação dos docentes do centro de formação profissional agro-pecuária.

➤ **Valorização e comercialização de produtos agro-pecuário**

- Aperfeiçoamento dos circuitos de comercialização dos produtos de exportação.
- Armazenagem e conservação de produtos agrícolas.
- Criação de um espaço para a transformação e conservação de produtos de origem animal.
- Construção e reabilitação de pistas rurais de acesso aos centros de comercialização.

Pescas

O desenvolvimento do sector das pescas é fundamental no combate ao desemprego, ao crescimento económico, à internacionalização da economia, i.e., para criação de riqueza e, conseqüentemente, redução da pobreza. No domínio das pescas são propostos os seguintes programas e medidas:

➤ **Aumento e melhoria da qualidade de produção do pescado**

- Apoio à produção, manuseamento e comercialização de pescado em São Tomé e Príncipe.
- Instalação de dispositivos de concentração de pescado.
- Promoção do desenvolvimento da pesca semi-industrial.

➤ **Eliminação de barreiras técnicas e sanitárias à exportação dos produtos de pescas**

- Melhoria das condições sanitárias na comercialização interna do pescado.
- Operacionalização do laboratório das pescas.

➤ **Gestão da política de pescas e reforço de vigilância das actividades de pesca**

- Produção de Boletim Estatístico de Pesca.
- Investigação e inventariação dos recursos haliêuticos.
- Instalação do Sistema de Vigilância e Controlo de Pesca VMS.
- **Organização da pesca artesanal e desenvolvimento de associação de pescadores**
- Aprovisionamento de materiais e apetrechos de pesca.
- Fornecimento de apoio técnico e financeiro aos pescadores e palaiês.
- Reforço das organizações associativas dos pescadores e palaiês – GIEPPA.

Comércio e investimento

A promoção do comércio e investimento constituem apostas do XVI Governo para promover o crescimento económico e social sustentável, quer através de reforço de capacidade do empresariado nacional, quer pela atracção de investimento privado estrangeiro. Neste sentido, serão levadas a cabo os seguintes programas e medidas:

- **Promoção do comércio externo**
- Identificação e diversificação das fileiras de exportação.
- Recolha, processamento, análise e disseminação dos dados estatísticos referentes ao comércio externo (importação, exportação, balança comercial).
- **Fomento à criação e desenvolvimento de micros e pequenas empresas**
- Reforço e salvaguarda dos activos intangíveis das micros e pequenas empresas, incluindo marcas, patentes, tecnologia, *know-how*, recursos humanos, licenças.
- Reforço das competências das micros e pequenas empresas, através de promoção de encontros sobre a competitividade entre "B to B" (Business to Business), como da transferências de conhecimento e saber fazer (*knowhow* e *do-how*) entre as empresas nacionais e também com as congéneres estrangeiras.
- Apoio na promoção dos produtos e serviços das micros e pequenas empresas.
- Adopção de pacotes financeiros (linhas de crédito bonificados), destinados ao alavancamento das micros e pequenas empresas.

Reforço do Processo de Integração Regional ao Nível da CEEAC e no Sistema Comercial Multilateral

- Dinamização e reforço da CNNC, MECI.
- Formulação, execução e acompanhamento de políticas de integração regional e do comércio multilateral, visando a promoção comércio e atracção dos IDE's — MECI, APCI e Direcção de Cooperação.
- Realização de fórum de negócio com os países da Sub-região – APCI.
- Realização de feira regional de investimento – APCI.
- **Fomento do empreendedorismo**
- Criação e divulgação do balcão do empreendedor.
- Estabelecimento de incubadoras de empresas.
- Estabelecimento, acompanhamento e facilitação institucional aos projectos com maior potencial, saídos da incubadora.
- Assistência técnica aos potenciais empreendedores, incluindo formação e capacitação, através de realização de ateliês, seminários, *workshops* e testemunho directo de alguns empreendedores.
- Pacotes financeiros orientados para a dinamização do empreendedorismo e de ideias inovadoras.
- Criação de redes de empreendedores inovadores.
- Concursos de ideias de negócios "Minha ideia, meu Futuro".
- **Promoção do sector privado para o desenvolvimento da economia nacional**
- Assistência técnica e financeira aos operadores privados nacionais, incluindo formação e capacitação dos mesmos, bem como a adopção de pacotes de financiamento orientados para impulsionamento, alargamento e a internacionalização das empresas privadas nacionais.
- Promoção de redes de conhecimento e troca de experiências, com vista a capacitação das empresas privadas "start'ups ou as já estabelecidas".
- **Atracção e retenção de investimento directo estrangeiro**
- Estabelecimento do balcão do investidor (*One-stop-shop*).

- Promoção e divulgação das oportunidades reais de negócio existentes em São Tomé e Príncipe, dos produtos e serviços “*made in STP*”, no mercado exterior, através de feiras e fórum de negócio.
- Elaboração de plano de feiras e de fórum de negócio anual, visando a promoção de São Tomé e Príncipe, dos seus produtos e serviços, com ênfase para captação dos IDE’s da sub-região, dos PALOP e do mundo.
 - **Melhoria do ambiente de negócio**
 - Revisão do quadro regulamentar referente a políticas comerciais e de investimentos, bem como outros diplomas.
 - Informatização dos serviços da APCI.
 - Elaboração de proposta para transformação da APCI em “*One-Stop-Shop*”
 - **Reforço do processo de integração regional ao nível da “CEEAC”, da “CEMAC” e no sistema comercial multilateral**
 - Acompanhamento e seguimento real dos Acordos de Parceria Económica (APE).
 - ProjectoHubs&Spokes (feitura e implementação de políticas comerciais).
 - **Impulsionamento do processo de adesão à Organização Mundial do Comércio**
 - Dinamização e funcionamento da Comissão Nacional de Negociação.
 - Comercial/Subcomissão OMC.
 - **Desenvolvimento das actividades de comércio e serviços**
 - Quadro Integrado Reforçado.
 - **Promoção do abastecimento interno e da segurança alimentar**
 - Subvenção do transporte marítimo dos produtos alimentares básicos para a Região Autónoma do Príncipe (RAP).
 - Subvenção de transporte dos produtos alimentares básicos para os Distritos de Lembá e Caué.
 - **Reforço de controlo das actividades económicas**
 - Alteração do estatuto e das normas jurídicas afectas a DRCAE.
 - Reforço do Intercâmbio entre a DRCAE e outras instituições congéneres.
 - Reforço e capacitação técnica e institucional.

Indústria

No domínio da indústria, será adoptado o seguinte programa e medidas:

- **Fomento e criação de empresas industriais com enfoque para agro-indústria**
- Criação do fundo de fomento agro-industrial.
- Implementação do protocolo de transferência de actividades para as Câmaras Distritais e Regional.
- Transformação de produtos locais agro-industriais.
- Incentivo ao desenvolvimento de pequenas indústrias transformadoras de produtos locais.

Planeamento e Estatística

- **Consolidação e desenvolvimento do sistema estatístico nacional**
- Reestruturação do sistema nacional estatístico.
- Orientar a produção em prol da satisfação da procura.
- Assegurar o arquivo e promover a difusão de dados.
- Promover a informação, a educação, a comunicação e a advocacia da estatística.
- **Reforço do sistema nacional de planeamento**
- Implementação da Lei de Base do Sistema Nacional de Planeamento.
- Implementação de quadros de despesas sectoriais de médio prazo sectoriais.
- Implementação do mecanismo nacional de coordenação, seguimento e avaliação da ENRP II;
- Reforço de capacidades humana, organizacional e procedimental.

Administração Pública

O Governo tem como uma das grandes metas a reorganização do aparelho do Estado, ajustando-a às reais necessidades do País, dotando de recursos humanos, tecnológicos e matérias para o desempenho eficaz do seu papel. Pelo que, neste domínio, serão executados os seguintes programas e medidas:

➤ **Reforma administrativa e institucional do Estado**

- Redefinição do papel do Estado, a sua dimensão e as suas funções essenciais.
- Aplicação efectiva dos mecanismos de responsabilização disciplinar, civil e criminal dos funcionários públicos e demais agentes do Estado.
- Elaboração e conclusão do código de procedimento administrativo e publicação do regulamento de inspecção da Administração Pública.
- Formação e capacitação dos quadros da Administração Pública
- Alteração da Lei n.º 05/97

➤ **Desenvolvimento institucional e modernização administrativa**

- Promoção e utilização partilhada de serviços ao nível da Administração Central, nas áreas dos recursos humanos, aquisição de bens e serviços e das tecnologias de informação.
- Construção e reabilitação de infra-estruturas institucionais.

Reforçar as finanças públicas

A promoção de crescimento económico sustentado, a criação de emprego e a atracção de investimentos impõem melhoria de gestão e controlo das finanças públicas. Neste sentido, serão implementados os seguintes programas e medidas:

➤ **Modernização administrativa e financeira do Estado**

- Actualização da Lei sobre o Sistema de Administração Financeira do Estado.
- Reforço de capacidade institucional dos serviços.

➤ **Gestão das finanças públicas**

- Consolidação da reforma do processo orçamental.
- Consolidação da reforma das finanças públicas.
- Reforço dos mecanismos de controlo da gestão das despesas públicas e eliminação das derrapagens e atrasos.
- Implementação do quadro legislativo de combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.
- Actualização da legislação sobre os benefícios fiscais.
- Melhoria da gestão do património do Estado.
- Consolidação do processo de organização e elaboração de conta geral do Estado.

➤ **Desenvolvimento institucional e modernização administrativa**

- Aperfeiçoamento do sistema de colecta de impostos e de outras receitas fiscais e não fiscais.
- Consolidação da Unidade de Informação Financeira.
- Reforço de capacidade da Inspecção Geral das Finanças.

➤ **Política monetária e cambial**

- Manutenção dos níveis de liquidez da economia.
- Dinamização do mercado monetário secundário.

Infra-estruturas económicas e sociais

O desenvolvimento de infra-estruturas económicas e sociais é uma das condições indispensáveis para promoção do crescimento económico e criação de emprego.

Infra-estruturas portuária e aeroportuária

A existência de infra-estruturas portuárias e aeroportuárias em bom estado de conservação e em funcionamento constitui premissa de extrema importância para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Nesse sentido, o Governo preconiza os seguintes programas e medidas de política:

Infra-estruturas portuárias

➤ **Modernização e operacionalização do porto**

- Realização de estudos para o desenvolvimento de um porto marítimo na Região Autónoma do Príncipe.
- Reabilitação e preservação de infra-estruturas portuárias.
- Consolidação da implementação do código Internacional para a protecção de navios e instalações portuárias.
- Dotar o Porto de Ana Chaves de São Tomé de equipamentos operacionais e de segurança à altura das necessidades.

Edificação de porto de águas profundas

- Reavaliação das iniciativas, acordos, propostas sobre a construção do porto de águas profundas.

Infra-estruturas aeroportuárias

- Modernização e operacionalização do aeroporto internacional.
- Revisão e implementação do acordo assinado com a Empresa SONANGOL E.P.
- Reestruturação e redimensionamento da ENASA.
- Expansão da pista, renovação do sistema de iluminação, sinalização e de segurança, bem como melhorar os equipamentos relativos à navegação e segurança.
- Expansão e apetrecho do terminal de passageiros com equipamentos de informação, de raio x, de vigilância e tapete rolante.
- Formação e capacitação dos quadros técnicos.

Recursos naturais, energia e ambiente

Em matéria de recursos naturais, o País necessita de aprofundar os conhecimentos sobre as quantidades e qualidades dos recursos existentes, de forma a permitir uma gestão mais eficiente e equilibrada. No domínio de recursos naturais, energia e ambiente, serão adoptadas os seguintes programas e medidas de política:

Geologia e Petróleo

➤ Reforço da capacidade institucional e dos técnicos

- Continuação de formação e capacitação de quadros em vários domínios da indústria petrolífera.
- Elaboração, aprovação e implementação de leis e regulamentos de forma a assegurar uma gestão económico-social dos recursos mineiros.
- Realização de seminários e conferências de sensibilização e divulgação das actividades relacionadas com o sector petrolífero.
- Intensificação de estudos e pesquisas sobre o potencial geológico da ZEE.

Energia

➤ Expansão da capacidade de geração e distribuição de energia eléctrica

- Extensão da rede de distribuição às cidades e vilas.
- Implementação da Lei de Bases do Sector Energético.
- Estabelecimento de programas de eficiência energética.
- Elaboração do Plano Director de Energia Eléctrica.
- Melhoria e expansão dos serviços de energia junto às populações.
- Reforço das capacidades de gestão da EMAE, dando prioridades aos serviços de manutenção técnica, e melhorar a autonomia de gestão da empresa.
- Produção e distribuição de energia de qualidade e a preços compatíveis com os rendimentos da população.

Água

➤ Melhoria do acesso e da qualidade de água para todos e para todos os usos

- Ampliação da rede de distribuição de água à população, pondo ênfase aos sistemas de tratamento, como uma das formas de combater as doenças de origem hídrica.
- Reabilitação/construção de sistemas de abastecimento de água nas zonas devidamente identificadas.
- Elaboração do quadro legislativo e regulamentar de água e hidrologia.
- Implementação de acções que garantam a mudança de comportamento das pessoas face à gestão da água.

Saneamento

➤ Aumento e melhoria de acesso ao saneamento básico

- Construção de redes de drenagem e tratamento de esgotos.
- Realização de obras de saneamento básico nas comunidades devidamente identificadas.
- Construção de aterros sanitários.
- Manutenção, limpeza e saneamento de canais.

Telecomunicações e TIC

A falta de acesso aos serviços de telecomunicações com qualidade e de baixo preço é um dos factores que limita o potencial de São Tomé e Príncipe na criação de emprego, na expansão da produção de bens e

serviços e na possibilidade de competir com o resto do mundo. Assim, no domínio das *telecomunicações* e *TIC* são propostas os seguintes programas e medidas:

➤ **Acesso facilitado e garantido das TIC a todos**

- Promoção da oferta diversificada de serviços de telecomunicações.
- Elaboração do Plano Estratégico de Sistema de Informação da Administração Pública para o período de 2015-2020.
- Estabelecimento e reforço do quadro institucional, legal e regulamentar para o desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação em São Tomé e Príncipe.

➤ **Fortalecimento da regulação**

- Fortalecimento do papel do órgão regulador – AGER.
- Aquisição e instalação do Sistema de Gestão e Monitoria de frequências.
- Desenvolvimento do quadro legal e regulamentar para o cabo submarino de fibras ópticas.
- Aprovação da Lei de Bases do Serviço Postal.
- Aprovação da Lei de Bases do Sector Eléctrico.

Transportes Terrestres

O desenvolvimento de infra-estruturas e meios de transportes eficientes e eficazes desempenham um papel decisivo para a melhoria das condições socioeconómico da população. Por esta razão, o desenvolvimento eficaz do sector dos transportes constitui uma das prioridades do Governo.

No domínio de transportes terrestres, são adoptados os seguintes programas e medidas de política:

➤ **Expansão e modernização do Sector de Transportes Terrestres**

- Construção e reabilitação de troços de estradas, pontes e pistas rurais devidamente identificados, nos diferentes distritos do País e na Região Autónoma do Príncipe.
- Prossecução das obras de protecção da orla costeira.
- Regulamentação das condições técnicas e inspecção periódica dos veículos em circulação, com maior incidência para as viaturas de aluguer, de passageiros e de carga.
- Melhoria das condições de circulação e segurança rodoviária, adoptando medidas que visem a prevenção de acidentes, segurança das vias e dos meios de transportes.
- Actualização do modelo de carta de condução e livretes.
- Licenciamento de motoqueiros e institucionalização da obrigatoriedade de inspecções periódicas.
- Criação de uma base de dados dos veículos automóveis e de condutores.

Meteorologia

No domínio da meteorologia, são adoptados o seguinte programa e medidas de política.

➤ **Reforço de capacidade de serviço de meteorologia**

- Formação e capacitação dos quadros do sector.
- Reabilitação e apetrechamento da Sala de Previsão Meteorológica, situada no Bloco Técnico da ENASA.
- Aquisição e instalação de uma estação meteorológica marítima para a previsão do estado do tempo no mar.
- Aquisição de meios para a divulgação e disseminação das informações sobre a previsão do tempo.

Obras Públicas e Urbanismo

O processo de desenvolvimento do País tem como um dos suportes principais o sector de Construção Civil. Para que este sector se desenvolva de forma sustentada, deve apoiar-se na elaboração de projectos com qualidade, na investigação e no controlo da ocupação do solo, do tipo e dimensão da construção, dos materiais aplicados e sobretudo na procura e utilização de materiais locais para a construção de habitações de baixo custo.

Por isso, são propostos os seguintes programas e medidas:

➤ **Reforço de Capacidade dos Serviços de Obras Públicas e Urbanismo**

- Regulamentação Geral de Construções e Habitações Urbanas de São Tomé e Príncipe.
- Dotar os sectores de equipamentos informáticos e periféricos adaptados.
- Dotar o laboratório de equipamento para testes de materiais usados na construção de placas (vigotas).
- Elaboração de legislação nos domínios do Ordenamento do Território e Urbanismo.

- Regulamento de actividade de empreiteiros de obras públicas e obras particulares.
- Capacitação dos recursos humanos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

Ordenamento do Território

A opção de política para os Serviços Geográficos e Cadastrais consubstancia-se em promover condições para uma ocupação otimizada do espaço do Território Nacional, quer seja para fins económicos, quer seja para construção de habitação e espaços de lazer, em harmonia com o espaço circundante.

No domínio do ordenamento do território, são adoptados os seguintes programas e medidas de política:

➤ **Reforço de capacidade dos Serviços de Ordenamento do Território**

- Elaboração do Plano Nacional de Ordenamento do Território.
- Capacitação de quadros dos Serviços Geográficos e Cadastrais.
- Actualização da cartografia nacional, no âmbito do projecto ESPERG/IPAD.
- Criação do Sistema de Informação Geográfica (SIG).
- Actualização de plantas topográficas das cidades, para implantação de infra-estruturas socioeconómicas.

Eixo II – Aposta na coesão social e na credibilização externa de São Tomé e Príncipe

A coesão social é um factor determinante para o crescimento económico gerador de emprego e para redução da pobreza. Este eixo enquadra-se nos eixos 3 e 4 da ENRP, nomeadamente desenvolvimento do capital, melhoria dos serviços sociais básicos, e reforço da coesão e protecção social, tal como o Programa do Governo encontra-se subdividido em cinco capítulos.

Valorizar o capital humano e reforçar a boa governação

Educação e Formação

O Governo aposta numa educação de qualidade para todos como veículo essencial de valorização do capital humano e de melhoria de participação no processo de desenvolvimento nacional. Neste sentido, são adoptados os seguintes programas e medidas de política:

➤ **Aumento da cobertura e qualidade do ensino**

- Expansão e melhoria das capacidades de oferta no Ensino Básico e outros níveis do ensino.
- Implementação do Ensino Técnico Profissional virado para o mercado de trabalho.
- Implementação de programas específicos para a formação inicial e contínua dos educadores, professores do Ensino Básico e Secundário.
- Realização de campanhas de sensibilização e mobilização geral contra o analfabetismo.
- Aquisição de kits de formação destinados aos polos dos jardins e escolas básicas.
- Implementação de forma faseada do Estatuto de Carreira Docente.
- Estimulação da procura da educação e protecção da primeira infância em zonas mais difíceis e desfavorecidas.
- Consolidação dos ganhos obtidos no Ensino Básico no domínio de acesso e melhorar a qualidade e a eficiência do ensino e aprendizagem.
- Consolidação da reforma curricular e pedagógica.
- Criação e implementação de um dispositivo de luta contra o insucesso e o abandono escolar.
- Melhoria de qualidade e a eficiência do ensino e aprendizagem através de programas de acompanhamento dos alunos.
- Implementação de uma política de planificação de médio e longo prazo da formação superior.
- Implementação do sistema de formação à distância, de forma a garantir a formação a todos os educadores e professores no País.
- Formação de coordenadores inspectores do Ensino Básico.
- Criação de um sistema para avaliação das escolas, directores e alunos.
- Aumentar a motivação e valorização dos professores, atribuindo prémios de performance
- Expansão da rede do acesso à educação de jovens e adultos com mais de 15 anos.

➤ **Educação pré-escolar para todos**

- Realizar campanhas de sensibilização através de programas radiofónicos e televisivos, cartazes, brigadas de sensibilização física.
- Universalização do acesso ao Ensino Pré-Escolar de boa qualidade de 3-5 anos.
- Levantamento das localidades com maior necessidade para construção de jardim.
- Aquisição e produção dos materiais pedagógicos, lúdicos e manuais.

➤ **Reforço da Capacidade e cobertura do ensino especial**

- Conceder apoios directos às crianças com necessidades educativas especiais (NEE), de modo a facilitar a sua aprendizagem e integração social.
- Formação e capacitação de educadores especializados em NEE.
- Construção e apetrechamento de infra-estruturas adaptadas para as crianças com NEE, em diferentes níveis do ensino.

➤ **Ação social e alimentação escolar**

- Atribuição de bolsas de estudos para as crianças oriundas de zonas e categorias sociais mais desfavorecidas e vulneráveis.
- Criação de um fundo da educação.
- Consolidação de estratégias para introdução de produtos locais na alimentação escolar.
- Prossecução de melhoria das condições de trabalho das cantinas escolar.
- Continuação e alargamento do programa de horto escolar.
- Formação e capacitação das cantineiras em saúde nutricional.

Ciência e Tecnologia

➤ **Programa Nacional de Novas Tecnologia nas Escolas**

- Implantar ambientes tecnológicos equipados com computadores e recursos digitais nas escolas.
- Criação de condições para a introdução, em 2018, do curso de informática nos currícula escolar da 9.^a a 12.^a classe.
- Formação do pessoal docente e não docente em TIC e garantia da sua aplicação no processo de ensino/aprendizagem.
- Criação de um Centro de Excelência de Ciência e Tecnologia.

➤ **Sistema de informação e gestão escolar**

- Implicação das associações de pais e encarregados de educação na gestão dos estabelecimentos.
- Implementação do SIGE – Sistema de Informação e Gestão Escolar.

Saúde

A aposta no capital humano implica, para além de agir na educação do Homem são-tomense, actuar no domínio da saúde. Nesta óptica, é também propósito do Governo levar o bem-estar a todo povo de São Tomé e Príncipe e ter um povo saudável e apto para participar no processo de crescimento económico, imune contra as grandes endemias. Assim, são propostos os seguintes programas, bem como as suas respectivas medidas de política:

➤ **Melhoria de equidade no acesso e na utilização de cuidados de saúde e viabilidade do sistema sanitário**

- Transformação e reorganização dos postos comunitários e postos sanitários em postos de saúde.
- Abertura de mais postos de saúde.

➤ **Melhoria de prestação de cuidados de saúde**

Definição dos postos de saúde e a tipologia de cuidados a prestar.
Elaboração de alguns protocolos terapêuticos de patologias mais comuns.
Melhoria do serviço de Telemedicina.
Reorganização do atendimento nos serviços de urgência.

➤ **Reforço e organização institucional**

- Revisão e elaboração dos documentos reitores de saúde.
- Reestruturação do gabinete do sistema de informação de saúde.
- Revisão do regulamento e reorganização da junta médica.

➤ **Melhoria das infra-estruturas sanitárias**

- Reabilitação de postos e centros de saúde.

➤ **Reforço de informação, educação e comunicação para saúde**

- Reestruturação e reorganização do Centro Nacional de Endemias (CNE).
- Realização do programa “Saúde do Cidadão” na TVS e na RN.
- Revisão do programa de saúde escolar, em colaboração com o Ministério de Educação Cultura e Ciência (MECC).

- **Melhoria de assistência infantil e imunização**
 - Reorganização do sistema de cuidados materno infantil.
 - Avaliação da cobertura vacinal.
 - Aumento de cobertura e introdução de novas vacinas.
- **Informatização do sistema de aquisições, gestão financeira, aprovisionamento e de gestão de stock.**
 - Criação de um ficheiro de controlo de medicamentos.
- **Implementação de um mecanismo eficiente de abastecimento de medicamentos e equipamentos essenciais.**
 - Transformação do Fundo Nacional de Medicamentos (FNM) em Central de Aprovisionamento de Medicamentos (CAME) e sua institucionalização.
- **Promoção, protecção e prestação de cuidados de saúde**

Constituição de um gabinete de inspecção-geral de saúde.
- **Implementação do Sistema de Segurança de saúde**

Estudo sobre o modelo de financiamento do sistema de saúde.

Emprego e Assuntos Sociais

No domínio de Emprego e dos Assuntos Sociais, o Governo assume o compromisso de inverter o actual quadro, caracterizado, dentre outros, por desenquadramento institucional dos programas e estratégias de desenvolvimento do sector, baixa capacidade técnica para responder às reais necessidades de procura de emprego, ausência de medidas no âmbito das relações de trabalho, fraca coordenação e integração dos centros de formação profissional, insuficiência de meios e equipamentos essenciais para o bom funcionamento dos serviços. Neste sentido e para inverter a actual situação, o Governo pretende desenvolver os seguintes programas e medidas:

- **Melhoria do quadro de trabalho e emprego**
 - Reforço a capacidade institucional (aperfeiçoamento dos instrumentos jurídicos, técnicos, organizacionais e financeiros;) do sector.
 - Formulação de estratégia nacional no domínio de relações de trabalho, estatísticas de trabalho, emprego, formação profissional e planeamento de mão-de-obra.
 - Dinamização do Conselho de Concertação Social.
 - Definição e introdução da carteira de trabalho para a Função Pública;
 - Reforço de capacidades nacionais de concepção e execução de políticas e de programas de emprego, criando novas oportunidades de emprego.
 - Operacionalização do centro nacional de emprego e formação profissional.
 - Operacionalização do fundo nacional de emprego e formação profissional.
 - Operacionalização do Observatório de Emprego e Formação Profissional.
 - Adequação da formação profissional às reais necessidades de actividade económica, oportunidades de emprego e de desenvolvimento do País.
 - Definição de um sistema de qualificação profissional nacional.
 - Dinamização das actividades inspectivas, preservando as condições de segurança, higiene, saúde e a protecção social obrigatória dos trabalhadores.
- **Desenvolvimento do Sistema de Protecção e Segurança Social**
 - Implementação de reformas e codificação da legislação da segurança social.
 - Implementação de uma nova política para o sistema de Segurança Social, visando recapitalizar e dar sustentabilidade ao fundo de reforma.
 - Promoção e alargamento da justiça e protecção social.
 - Promoção e reforço do controlo ao cumprimento da obrigação contributiva.
 - Continuação do processo de desburocratização do Instituto Nacional de Segurança Nacional (INSS).
 - Reformulação e implementação da estrutura orgânica do INSS.
 - Descentralização de alguns serviços da segurança social para distritos distantes.
 - Reforço e alargamento da rede de acção social a nível nacional para atender às necessidades reais das crianças, jovens, mulheres, deficientes físicos e idosos em situação de extrema pobreza.
 - Promoção de acções sobre a equidade do género e reforço da participação efectiva da mulher no processo de desenvolvimento do País.

- Adequação do quadro legal de luta contra o trabalho infantil e apoio à integração social dos grupos mais carenciados.

Justiça

O XVI Governo Constitucional, ciente dos disfuncionamentos persistentes e múltiplos no funcionamento do sistema judiciário, com efeitos negativos na actividade económica e dos cidadãos, considera fundamental torná-lo mais credível, célere e mais próximo dos cidadãos. Neste contexto, são propostos os seguintes programas e medidas:

➤ **Credibilização e melhoria de acessibilidade à justiça**

- Prossecução da reforma legislativa e actualização dos diplomas.
- Prossecução da política de modernização e credibilização dos tribunais, dos actos judiciais e garantir o acesso universal à justiça.
- Continuação da informatização dos Tribunais.
- Recuperação dos livros de assentos de nascimentos.
- Instalação da base de dados jurídica Legais PALOP.
- Saneamento e actualização da base de dados de todas as empresas constituídas na Direcção Geral dos Registos e Notariado.
- Informatização e digitalização dos serviços gerais dos Registos e Notariado.
- Prossecução de reforço de capacidade dos magistrados e da polícia judiciária.

➤ **Formação, capacitação e especialização de todos os intervenientes processuais**

- Assegurar a formação contínua dos magistrados, dos agentes e funcionários da Justiça
- Capacitação do pessoal às novas tecnologias.
- Capacitação do pessoal da secretaria dos Tribunais.
- Prossecução da capacitação dos juizes, de modo a poderem dar resposta ao cumprimento dos prazos processuais.
- Reforço de capacitação da PIC no domínio da formação, aquisição de meios rolantes e outros equipamentos específicos do serviço da Polícia.

➤ **Prossecução da política de modernização e credibilização dos Tribunais, dos actos judiciais e garantir o acesso universal à justiça**

- Criação de um tribunal intermédio, tribunal da relação para exame da matéria de facto.
- Melhoria do sistema público de resolução de conflitos.
- Reorganização dos serviços administrativos e reforço de meios humanos e materiais.
- Criação de condições condignas de trabalho para os magistrados e funcionários judiciais.

➤ **Prevenção e combate à delinquência e à criminalidade**

- Apetrechamento da Polícia de Investigação Criminal com recursos humanos e materiais.
- Prevenção e combate à toxicodependência.
- Prossecução da campanha nacional de combate à droga.
- Melhoria da inserção social dos reclusos.

Comunicação social

O Governo pretende que os cidadãos são-tomenses tenham acesso a várias fontes de informação, susceptível de contribuir para a promoção de uma participação mais activa e de envolvimento cada vez mais profícuo no processo de desenvolvimento nacional. Com esse propósito, o Governo empenhar-se-á, em 2015, para que haja uma cobertura radiofónica e televisiva cada vez mais abrangente e com melhor qualidade, que possa ser captado por um maior número possível de cidadãos. Neste sentido, o Governo propõe, para o ano de 2015, levar a cabo os seguintes programas e medidas:

➤ **Promoção de desenvolvimento empresarial do Sector de Comunicação Social**

- Criação de condições para o desenvolvimento de novos serviços de comunicação social.
- Revisão das leis e dos regulamentos.

➤ **Promoção dos mass medias e democratização de acesso e promoção às novas plataformas da informação**

- Reestruturação do sector de comunicação social estatal.
- Dinamização e fortalecimento dos órgãos de comunicação social estatal.
- Criação e dinamização de meios de comunicação social comunitário.
- Alargamento dos sinais de rádio e televisão ao conjunto do Território Nacional.

- Transferência do sistema analógico a digital (equipamento, capacitação dos Recursos Humanos) Rádios, TVS e outros órgãos.
- Reforço de capacidade técnica dos quadros da RNSTP e da TVS no domínio das novas tecnologias de informação e comunicação.

Juventude

A juventude constitui ainda uma fonte inesgotável de energia, de ideias, vitalidade, infinita imaginação e capacidade de acção, o que faz dela o maior e o mais importante recurso humano para o desenvolvimento e factor determinante de mudanças sociais, desenvolvimento económico e progresso. Neste contexto, são propostos os seguintes programas e medidas:

➤ **Reforço do capital humano e melhoria das condições sociais de base da população juvenil**

- Reforço do mecanismo institucional no domínio da juventude.
- Melhoria das condições socioeconómicas da população juvenil.
- Promoção do associativismo e voluntariado.
- Promoção da participação dos jovens nas actividades culturais, desportivas e recreativas.
- Realização de actividades para ocupação de tempos livre dos jovens.
- Desenvolvimento do programa de empreendedorismo e micro crédito jovem.
- Reforço das acções de comunicação para a mudança de comportamento da população juvenil.
- Disseminação, regulamentação e implementação da Lei da Droga.
- Redução da taxa de violência baseada no género entre os jovens.
- Melhoria da prestação de serviços de saúde sexual reprodutiva (SSR) para os jovens em cada distrito e na Região Autónoma do Príncipe e sua expansão nas comunidades.
- Aumento da percentagem de jovens (rapazes, raparigas, homens e mulheres) consciencializados sobre as consequências do aborto.
- Promoção de uma vida longa e saudável para os jovens.
- Aumento da percentagem de jovens sensibilizados na protecção do ambiente.
- Aumento da percentagem de pais e encarregados de educação jovens no acompanhamento da educação dos seus educandos (meninos e meninas).

Habitação e Imobiliária

No domínio da habitação e imobiliária, o Governo tem como opção de política, imprimir uma nova dinâmica no sector de construção de casas, com vista a mobilizar meios necessários para melhorar a situação habitacional. Com esse desígnio, o Governo adoptará os seguintes programas:

- Construção de casas sociais.
- Reforço do papel do Instituto de Habitação e Imobiliário.
- Criação de um quadro legislativo e normativo para o sector.
- Definição de novas tipologias de construção de casas para habitação.
- Melhoria do estado habitacional das casas das antigas roças.

Cultura

A cultura é um elemento de coesão e de desenvolvimento nacional e São Tomé e Príncipe possui um património histórico e cultural rico e diversificado que necessita ser conhecido, preservado e valorizado. Neste sentido, o Governo pretende adoptar programas e medidas de política que garantam a afirmação da identidade cultural e a preservação do património histórico e cultural de São Tomé e Príncipe.

➤ **Valorização e preservação da identidade histórico-cultural de São Tomé e Príncipe**

- Divulgação e expansão dos costumes, tradições e valores nacionais nos estabelecimentos do ensino.
- Restauração, conservação e preservação dos aspectos culturais, materiais, históricos e formais.
- Transformação das actividades culturais em actividades económicas capazes de contribuir para reduzir a taxa de desemprego no País.
- Promoção da circulação temporária dos artistas e bens culturais no espaço CPLP.
- Criação de um portal sobre a identidade, história e cultura de São Tomé e Príncipe.
- Apoio técnico, material e financeiro aos produtores de bens e valores culturais.

Desporto

O Desporto é inquestionavelmente um elemento de coesão social e de integração, proporcionando uma melhor qualidade de vida e o reforço da auto-estima e o orgulho nacional. Neste domínio, o desafio é

promover e efectivar políticas e acções que geram iniciativas desportivas individuais e colectivas. Assim, são propostos os seguintes programas:

➤ **Promoção do Desporto Juvenil e Escolar**

- Massificação e orientação da prática do Desporto.
- Dotação do Sector de Instalações com capacidade de respostas às demandas de promoção e crescimento da prática desportiva.
- Promover a participação dos jovens nas actividades desportivas.

Política externa e cooperação internacional

No domínio de política externa e cooperação internacional, a prioridade do XVI Governo é de reforçar a presença de São Tomé e Príncipe na arena internacional, recuperar a credibilidade e a imagem do País no estrangeiro e realizar a diplomacia económica em prol do desenvolvimento nacional. Para tal, propõe desenvolver os seguintes programas:

➤ **Política externa**

- Melhoria da componente infra-estrutural e de equipamentos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades (MNEC).
- Alargamento e reorganização das embaixadas e missões diplomáticas.
- Reforço e melhoria de relações com estados estrangeiros e organizações internacionais.
- Melhoria da imagem externa e participação nas organizações regionais e internacionais.
- Promoção de uma efectiva participação de São Tomé e Príncipe em organismos internacionais.
- Melhoria de gestão de políticas de relações exteriores.
- Promoção da participação da diáspora são-tomense no processo de desenvolvimento nacional.

➤ **Cooperação Internacional**

- Cooperação económica com estados estrangeiros e organizações internacionais.
- Reforço do processo de integração regional.
- Reforço da capacidade institucional na monitorização e avaliação dos projectos de cooperação.
- Reforço de cooperação económica com estados estrangeiros.

Defesa

De forma a dotar o Sector da Defesa e do Mar com maior dinâmica administrativa e institucional para os próximos desafios, quer a nível nacional quer internacional, seja regional seja sub-regional, urge necessariamente uma instituição independente, coesa, capaz de garantir a defesa nacional.

As Forças Armadas de São Tomé e Príncipe têm um papel fundamental na garantia da defesa e segurança do Território Nacional, face aos novos desafios que a globalização impõe às pequenas nações insulares. Neste contexto, são propostos os seguintes programas:

- Reactivação do sistema de informação (recolha, tratamento e partilha)
- Modernização e adequação das Forças Armadas.
- Promoção do capital humano das forças de defesa.
- Melhoria da componente infra-estrutural e equipamentos dos serviços militar.
- Implementação de mecanismos que visem o controlo efectivo do uso de armas, munições e outros engenhos explosivos, procedendo a recolha das que estejam em situação ilegal.
- Aprofundamento e reforço da participação activa do nosso país em missões internacionais (CEEAC e CPLP) com responsabilidade de implementação da Política de Defesa.
- Promover a mobilização de todos os recursos disponíveis para o combate à delapidação dos recursos marinhos e à poluição, designadamente a poluição marítima, como forma de agressão ambiental.
- Promoção da Defesa Nacional mediante acção de sensibilização e de educação cívica.
- Reforço da capacidade institucional e operacional das Forças Armadas.
- Garantir e melhorar o nível de operacionalidade das Forças Armadas em parceria com países amigos para o patrulhamento conjunto do mar, sob a jurisdição nacional.

➤ **Ordem interna**

A segurança e a protecção de pessoas e bens é a garantia da estabilidade social. Neste contexto, são propostos os seguintes programas, bem como as suas respectivas medidas:

- Reforço da capacidade institucional.
- Construção e reabilitação de infra-estruturas.
- Combate ao tráfico de seres humanos.
- Prevenção e combate ao incêndio e outras calamidades.

- Garantia de segurança das populações.
 - Ordem pública.
 - Melhorias de condições de habitabilidade e de mobilidade das forças de segurança.
 - Intensificação de intervenções proactivas de medidas de policiamento de proximidade
- **Manutenção do sistema prisional**
 - **Gestão da política de segurança interna e ordem pública**
 - **Reforço de capacidade técnica e humana do serviço de informação**

Mar

São hoje cada vez evidentes os desafios que impõe o mar às nações insulares, bem como são enormes as oportunidades que oferece aos mesmos. Assim sendo, são propostos os seguintes programas:

- Reforço do controlo marítimo
- Promoção da exploração científica e económica do mar, solo e subsolo marítimo.
- Garantia do melhoramento do nível de operatividade da Guarda Costeira.
- Melhoramento da intervenção da Capitania dos Portos.
- Promoção e mobilização de recursos visando a protecção das praias.
- Melhoria de mobilidade dos serviços de fiscalização das praias.
- Reforço do combate à pesca ilegal.
- Desenvolver iniciativas de sensibilização para o mar, com especial incidência nos jovens, para fomentar a identidade marítima dos são-tomenses, incluindo a valorização da cultura marítima nos projectos escolares.
- Dinamizar a elaboração da Estratégia Nacional para o Mar, promovendo a mobilização dos sectores científicos e empresariais, ligados ao mar.

Segurança e informação estratégica

- Reforço de serviço de informação estratégica.
- Melhoria de capacidade institucional.
- Criação de um quadro legislativo adequado ao serviço de informação estratégicas.
- Adequação e reforço de capacidade dos recursos humanos.

Descentralização

No domínio de descentralização, o Governo pretende implementar o seguinte programa e medidas de política:

- Dotar as autarquias locais de competências e de instrumentos jurídicos actualizados e inovadores.
- Revisão da Lei-Quadro das Autarquias Locais.
- Actualização da Lei das Finanças Locais.
- Actualização da Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais.